



O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef/Fundeb em Territórios da Amazônia: o que revelam as teses e dissertações

The Board of Monitoring and Social Control of Fundef/Fundeb in Amazonian Territories: what the thesis and dissertations reveal

El Consejo de Monitoreo y Control Social del Fundef/Fundeb en los Territorios Amazónicos: lo que revelan las tesis y disertaciones

Rosana Evangelista da Cruz¹
Marilene da Silva Feijão Pereira²

Citação: CRUZ, Rosana Evangelista da; PEREIRA, Marilene da Silva Feijão. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef/Fundeb em Territórios da Amazônia: o que revelam as teses e dissertações. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 19, e99543. Dezembro de 2025.



<http://10.5380/jpe.v19i1.99543>

Resumo: O artigo apresenta um panorama da produção acadêmica sobre os Conselhos do Fundef/Fundeb em estados e municípios do Território Amazônico e analisa a atuação dos referidos conselhos no exercício do controle social. Trata-se de um estudo de revisão baseado em quatro teses e 14 dissertações coletadas em bancos digitais especializados que contemplaram os CACS do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, sendo 104 municipais e dois estaduais, no período de 2003 a 2024. Na sistematização dos objetivos e das questões orientadoras das teses e dissertações, identificaram-se quatro principais categorias: 1) atuação; 2) participação, representação e composição; 3) organização e funcionamento; e 4) avanços, limites e possibilidades. Os resultados indicam que a atuação dos CACS investigados é centrada nos recursos do Fundeb, com dificuldades relacionadas ao acesso aos documentos sobre a aplicação dos recursos; à regularidade de reuniões e de frequência dos conselheiros; à formação para o exercício das funções; à falta de condições estruturais e materiais; à maior presença dos interesses do Poder Público no Colegiado, entre outras. Este conjunto de obstáculos leva a maioria dos CACS analisados

¹Doutora em Educação. Professora Titular na Universidade Federal do Piauí. Teresina, PI. Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8341-0835>. E-mail: rosanacruz@ufpi.edu.br

² Doutora em Educação. Docente da Educação Básica de Ananindeua e Especialista em Educação (Seduc/PA). Belém, PA. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3909-9047>. E-mail: marilene.pereira@iced.ufpa.br

a um trabalho burocrático. Conclui-se que os problemas afetam a eficácia e a legitimidade dos colegiados dos territórios amazônicos, mas não minimizam a importância dos conselhos, visando à democratização da gestão e à correta aplicação dos recursos do Fundef/Fundeb.

Palavras-chave: Financiamento da Educação; Conselho do Fundeb; Conselho de Acompanhamento e Controle Social; CACS; Fundef/Fundeb.

Abstract: This article presents an overview of academic production on the Boards of Fundef/Fundeb in the states and municipalities of the Amazonian Territory and analyzes the action of the aforementioned boards in the practices of social control. This is a review study based on four theses and 14 dissertations, collected in specialized digital databases, which had taken into account the CACS of Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, and Tocantins, those being 104 municipal and two state-wide, in the period of 2003 to 2024. In the systematization of the theses and dissertations, four main categories were identified: 1) action; 2) participation, representation and composition; 3) organization and workings; 4) advancements, limits and possibilities. The results indicate that the acting of the investigated CACS is centered on the resources of Fundeb, with hardships related to the access to documents based on the application of resources; to the regularity of meetings and the frequency of the board members; to the training for being in office; to the lack of structural and material conditions; to a major presence of interests of the public authority within the collegium, among others. This set of obstacles leads the majority of the analyzed CACS to a bureaucratic work. It is concluded that the hardships affect the efficiency and the legitimacy of the collegiums of the Amazonian territories, but they do not reduce the importance of the boards, aiming at democratizing the management and the correct application of the Fundef/Fundeb resources.

Keywords: Education Funding; Board of Fundeb; Board of Monitoring and Social Control; CACS; Fundef/Fundeb.

Resumen: El artículo presenta un panorama de la producción académica sobre los Consejos Fundef/Fundeb en estados y municipios del Territorio Amazónico y analiza la actuación de estos consejos en el ejercicio del control social. Se trata de un estudio de revisión basado en cuatro tesis y catorce disertaciones recopiladas en bancos digitales especializados que incluyeron las CACS de Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima y Tocantins, siendo 104 municipales y dos estatales, en el período de 2003 a 2024. En la sistematización de los objetivos y preguntas orientadoras de las tesis y disertaciones se identificaron cuatro categorías principales: 1) actuación; 2) participación, representación y composición; 3) organización y funcionamiento; y 4) avances, límites y posibilidades. Los resultados indican que las actividades de los CACS investigados están centradas en los recursos del Fundeb, con dificultades relacionadas con el acceso a los documentos de solicitud de recursos; la regularidad de las reuniones y asistencia de los consejeros; capacitación para el ejercicio de las funciones; la falta de condiciones estructurales y materiales; la mayor presencia de los intereses del Poder Público en el Colegiado, entre otros. Este conjunto de obstáculos lleva a la mayoría de los CACS analizados a trabajos burocráticos. Se concluye que los problemas afectan la efectividad y legitimidad de los órganos colegiados de los territorios amazónicos, pero no minimizan la importancia de los consejos, visando la democratización de la gestión y la correcta aplicación de los recursos del Fundef/Fundeb.

Palabras clave: Financiamento de la educación; Consejo del Fundeb; Consejo de Monitoreo y Control Social; CACS; Fundef/Fundeb.

Introdução

O presente artigo trata do controle social dos recursos da educação no âmbito da Amazônia Legal a qual abrange cerca de 59% do território nacional, incluindo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão (parcialmente), Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Criada por meio da Lei n.º 1.806/1953, a delimitação visa promover

políticas públicas específicas para a região, considerando suas particularidades socioeconômicas e ambientais (Brasil, 1953).

O Território Amazônico tem sido historicamente tratado como uma fronteira de recursos naturais, alvo de exploração econômica por meio do avanço do agronegócio, da mineração e de grandes projetos de infraestrutura que afetam as políticas públicas, inclusive educacionais. Essas atividades frequentemente ocorrem à revelia dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e das populações urbanas que ali habitam e que possuem modos próprios e sustentáveis de manejo do território (Malheiro, 2021).

A exploração predatória dos recursos naturais da Amazônia é expressão da lógica do capital, que subordina a natureza e os povos amazônicos à acumulação e à concentração de renda nas mãos de empresas. Esse processo resulta na expropriação dos meios de reprodução social das comunidades tradicionais, na destruição das condições materiais de existência e na intensificação da violência no campo.

Porto-Gonçalves, Malheiro e Michelotti (2021) demonstram que o modelo de exploração da região é historicamente baseado na colonialidade do poder, com uso da violência, da grilagem e da degradação ambiental para garantir a acumulação de capital. Dessa forma, o controle social precisa ser assumido como um instrumento de luta política e de defesa de direitos, operando em diferentes dimensões: na resistência às políticas predatórias na Amazônia, na reivindicação por políticas públicas adequadas às realidades das populações tradicionais e na consolidação de espaços participativos que garantam a autonomia dos sujeitos sociais na tomada de decisões sobre seus territórios e modos de vida.

O controle social é compreendido como um sistema que implica na relação entre Estado e Sociedade, cabendo a esta controlar a ação dos entes estatais, balizando o cumprimento de suas funções no que concerne ao contrato social que assegura ao cidadão os direitos de cidadania. A possibilidade de controle social se fortaleceu com a Constituição Federal de 1988, como fruto da incidência de movimentos sociais organizados que influenciaram seu processo, o que impulsionou a criação e o fortalecimento de mecanismos de participação em conselhos que envolvem representantes do Estado e da sociedade civil na discussão da coisa pública (Gohn, 2006).

Nesse sentido que Avritzer (2008, p. 44) compreende que, “no caso dos conselhos de políticas, eles constituem desenhos institucionais de partilha do poder e são constituídos pelo próprio Estado, com representação mista de atores da sociedade civil e

atores estatais”, trazendo complexidades e contradições para o seu processo de funcionamento, isto porque o Estado busca, em geral, assegurar sua hegemonia sobre os processos de participação social, visto que a correlação de forças se estabelece nesses espaços de poder instituídos pelo próprio Estado.

No campo educacional, um dos instrumentos de controle e participação social é o Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que pode ser um espaço estratégico para que comunidades camponesas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas garantam que os recursos destinados à educação sejam aplicados de forma a atender suas demandas específicas. Isso se relaciona diretamente com a luta dos movimentos sociais das Amazônias, que reivindicam não apenas escolas em seus territórios, mas também um currículo que respeite suas culturas, saberes e práticas produtivas, conforme aponta Caldart (2023).

O controle social sobre os recursos da educação tem sido uma temática de crescente interesse, motivada pela consciência da necessidade da participação da sociedade na democratização da educação e pelas mudanças instituídas pela política de fundos inaugurada, em 1996, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a qual incluiu a criação dos CACS com a principal função de acompanhar a repartição, distribuição e aplicação dos recursos subvinculados ao Fundo.

Depois do Fundef, que vigorou até 2006, foi instituído o Fundeb, com vigência de 2007 a 2020 e, a seguir, o Novo Fundeb, que se diferencia do anterior, entre outros elementos, por ser uma política permanente, inserida no corpo da Constituição Federal, não mais restrita ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). No contexto dos três fundos, o CACS se manteve, mas com mudanças visando a uma melhor operatividade e correção de problemas verificados em cada edição, como fruto da incidência social no processo de tramitação do Fundeb ADCT e do Fundeb Permanente, como o Movimento Fundeb Pra’Valer, organizado em torno da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (Nascimento, 2019).

O tema controle social dos recursos da educação é relevante para o campo de pesquisa em política e financiamento da educação e para a sociedade na busca do controle e do monitoramento da ação do Estado, sendo inúmeros os desafios para que os CACS se constituam como instâncias participativas e democráticas que assegurem que os recursos

dos Fundos sejam adequadamente aplicados, uma vez que a atuação dos Conselhos é condicionada por inúmeros fatores, como retratado na literatura (Gohn, 2006; Bassi; Camargo, 2009).

Abordar os CACS em Território Amazônico implica considerar os aspectos gerais da política que envolve o controle social, mas também verificar a existência de especificidades que, neste artigo, será contemplada mediante um estudo de revisão com o objetivo de mapear e caracterizar a produção acadêmica sobre os Conselhos do Fundef/Fundeb em estados e municípios do Território Amazônico, visando constituir um panorama dessa produção e analisar a atuação dos referidos conselhos no controle social dos recursos do Fundeb.

Este artigo está disposto em seções que introduzem a temática, apresentam a metodologia adotada na pesquisa, caracterizam o conjunto dos trabalhos e analisam a atuação dos Conselhos do Fundef/Fundeb em estados e municípios do Território Amazônico retratada nas teses e dissertações defendidas de 2003 a 2024.

Aspectos metodológicos do estudo

O artigo ora apresentado consiste em um estudo de revisão. Este tipo de estudo surgiu como uma necessidade de sistematizar e analisar a crescente quantidade de produções científicas, especialmente após a expansão da pós-graduação no Brasil. Conforme Vosgerau e Romanowski (2014, p. 167), esse tipo de estudo permite “a compreensão do movimento da área, sua configuração, propensões teóricas metodológicas, análise crítica indicando tendências, recorrências e lacunas”. As referidas autoras classificam dois grupos de estudos de revisão: os que mapeiam e os que avaliam e sintetizam. Este artigo centrou-se no mapeamento dos trabalhos de pós-graduação em território amazônico sobre os CACS e na sistematização de seus aspectos centrais.

Para o levantamento dos trabalhos, foram utilizados sete termos, correspondendo a diferentes formas de designar o Conselho do Fundef/Fundeb, visando extrair teses e dissertações sobre o colegiado em território amazônico. Esse levantamento foi efetivado, exclusivamente, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), não sendo utilizados recortes temporais específicos. A apuração da pesquisa resultou em 313 teses e dissertações no Catálogo da Capes e 280 na BDTD as quais foram

submetidas à leitura dos títulos e resumos, momento em que se excluíram aquelas que não são do campo política educacional e as que não tratam os CACS em estados ou municípios do território amazônico como objeto central ou como um dos temas em investigação mais ampla.

Em síntese, o critério de inclusão inicial dos trabalhos no *corpus* do estudo foi tratar dos conselhos do Fundef/Fundeb localizados em Território Amazônico, seja como tema central ou como aspectos de pesquisa mais geral. A partir da análise dos títulos e dos resumos das teses e dissertações, foram confirmados os critérios de inclusão, assim como estabelecidos critérios de exclusão, sendo que o primeiro abrangeu trabalhos repetidos, seguido da confirmação da pertinência deles. A partir desse movimento, foram selecionados 18 trabalhos para compor o *corpus* deste estudo, que tiveram seus elementos sistematizados em planilha visando à análise, que foi complementada pela leitura da introdução, da metodologia, do capítulo dos resultados e das conclusões dos 18 trabalhos selecionados, os quais são apresentados no decorrer deste artigo.

Caracterização das teses e dissertações sobre os CACS em Território Amazônico

Os 18 trabalhos selecionados para compor o *corpus* da pesquisa, que teve por objetivo constituir um panorama dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundef/Fundeb em Território Amazônico, distribuem-se entre teses e dissertações, defendidas em diferentes programas de pós-graduação do Brasil, conforme quadro-síntese dos trabalhos, apresentado a seguir:

Quadro 1 – Teses e Dissertações sobre o Conselho do Fundeb em Território Amazônico

Nº	Autor/Ano	Título	Tipo*	IES
N1	Rodrigues (2003)	Gestão participativa frente ao quadro institucional nos municípios paraenses: o caso dos conselhos do FUNDEF	D	UFRJ
N2	Lima (2010)	O controle social no sistema municipal de ensino de Ananindeua - PA: desafios e possibilidades	D	UFPA
N3	Gomes (2011)	Políticas públicas de financiamento da educação básica: uma análise da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, no período 2007-2010, em Guajará-Mirim, RO	T	PUC-SP
N4	Silva (2011)	O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb de Campo Verde-MT: conflitos e confluências	T	UFF
N5	Santos Filho (2012)	Limites e possibilidades do controle social: um estudo a partir do conselho de acompanhamento e controle social do Fundeb no município de Capitão Poço/PA	D	UFPA
N6	Ferreira (2013)	O FNDE e os conselhos de acompanhamento e controle social nos municípios de pequeno porte	D	UNB
N7	Pasuch (2013)	Conselhos municipais de educação: espaço público democratizador?	T	UFMT

N8	Silva (2013)	Controlabilidade social – o financiamento da educação pública pelas mãos dos conselhos estaduais do Fundeb	T	Unicamp
N9	Gonçalves (2015)	O financiamento da educação e o potencial de controle social dos conselhos do Fundeb: o caso de Sinop – MT	D	UFMT
N10	Sousa (2015)	O plano de ações articuladas e a gestão educacional do município de Altamira-Pará	D	UFPA
N11	Caldeira (2016)	Limites e possibilidades da/na gestão do conselho de acompanhamento e controle social Fundef/Fundeb em Rondonópolis – MT	D	UFMT
N12	Freire (2016)	A câmara do Fundeb do conselho municipal de educação de Alta Floresta-MT: lemas e dilemas na atuação	D	UFMT
N13	Nogueira (2016)	O Plano de Ações Articuladas (PAR) e suas implicações para a gestão da educação na Rede Municipal de Educação de Santana/AP	D	UFPA
N14	Dias (2017)	O funcionamento dos Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e seu regime jurídico	D	UFRJ
N15	Alves (2022)	Controle social na política de financiamento da educação: uma análise da atuação do conselho do FUNDEB no município de Imperatriz/MA	D	UFMA
N16	Corrêa (2022)	A atuação do CACS/Fundeb no município de Bragança/PA: limites, avanços e desafios na fiscalização dos recursos da educação básica no período de 2014 a 2017	D	UFPA
N17	Souza (2023)	O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb no Município de Rio Branco/AC e as possibilidades de gestão democrática	D	UFAC
N18	Campos (2024)	A atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb no Acre na fiscalização dos recursos da educação básica	D	UFAC

Nota: *T - tese; D – dissertação.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no levantamento realizado no BDTD e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes realizado em agosto de 2024 e atualizado em 03/02/2025.

Os trabalhos arrolados para esta revisão foram defendidos de 2003 a 2024, sendo um produzido no contexto Fundef, 13 no Fundeb que vigorou de 2007 a 2020 e quatro no Fundeb Permanente. O conjunto consiste em 14 dissertações e quatro teses, a maioria (78%) defendida em programas de pós-graduação em educação, com exceção de quatro que foram em Planejamento Urbano Regional (N1), Direito (N14), Formação e Práticas Educativas (N15) e Currículo e Gestão da Educação Básica (N16). Duas dissertações foram defendidas em mestrados profissionais (N6 e N15). Os demais trabalhos, em mestrados ou doutorados acadêmicos.

As teses e dissertações sobre o Conselho do Fundef/Fundeb em Território Amazônico foram defendidas em Programas de Pós-Graduação de universidades localizadas em quatro regiões do país: Norte (7), Centro-Oeste (5), Sudeste (5) e Nordeste (1), incluindo, portanto, estados que não compõem a região amazônica: Rio de Janeiro (3), São Paulo (2), Distrito Federal (1), em que pese 2/3 dos trabalhos terem sido produzidos

no próprio território investigado. Considera-se que essa diversidade territorial permite intercâmbio favorável à produção de conhecimento.

No que se refere às instituições de defesa, iniciando por aquelas localizadas em Território Amazônico, foram arrolados trabalhos nas Universidades Federais do Pará - UFPA (5), do Mato Grosso - UFMT (4), do Acre - UFAC (2) e do Maranhão - UFMA (1). Além desses, nas Universidades Federais do Rio de Janeiro - UFRJ (2), Fluminense - UFF (1) e de Brasília - UnB (1); na Estadual de Campinas - Unicamp (1); e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (1).

Considerando a centralidade da temática no conjunto dos trabalhos arrolados, 13 adotaram o CACS como objeto específico de análise, fato revelado, inclusive, pelos títulos. Dois trabalhos (N2 e N7) abordaram os conselhos municipais em geral, incluindo o Conselho do Fundeb como uma das frentes de investigação. Dois trabalhos (N10 e N13) são sobre o Plano de Ações Articuladas e a gestão educacional, no Pará e no Amapá, tomando o CACS como uma das dimensões investigadas. Por fim, um trabalho (N3) é sobre o Fundeb, trazendo o CACS como um dos aspectos analisados.

O âmbito da investigação sobre os CACS presente no conjunto analisado, em geral, é municipal, tendo apenas dois que enfrentam os Conselhos Estaduais (N8 e N18). No que se refere ao recorte temporal das pesquisas, um trabalho foi sobre o CACS Fundef (N1), dois envolveram o Conselho do Fundef e do Fundeb ADCT (N6 e N11), 13 são sobre o Fundeb que vigorou de 2007 a 2020 (ADCT) e dois contemplam o CACS desse Fundeb e do Fundeb Permanente (N15 e N18).

As pesquisas, em geral, no que se refere aos aspectos metodológicos, envolveram estudo bibliográfico e análise documental, implicando uma variedade de documentos, como a legislação, dados contábeis, pareceres, relatórios, memorandos, ofícios, atas das reuniões do CACS, relatório da CGU, entre outros. Cinco estudos foram estritamente documentais (N6, N15, N16, N17 e N18). O restante envolveu, também, questionários (N8, N14), entrevistas (N10, N11, N13), questionários e entrevistas (N1, N3), entrevista e observação (N2, N5, N7) e, de forma conjunta, questionários, entrevistas e observação (N4, N9 e N12), denotando uma riqueza metodológica para tratar dos CACS, que se expressa, também, na diversidade de participantes abordados, além de conselheiros titulares e suplentes de diferentes segmentos, gestores de escola e do sistema, contadores, promotores, líderes sindicais, parlamentares, comunidade em geral.

A maior parte dos trabalhos analisados consiste em estudo de caso simples ou múltiplo, visando investigação mais aprofundada, mas foram localizados dois trabalhos com recortes territoriais mais amplos, de cunho documental, abrangendo 33 municípios, no contexto do Fundef/Fundeb, dentre os quais oito são do Território analisado (N6) e do tipo *survey*, abordando 1.152 conselheiros do CACS Fundeb, sendo 79 da região Norte (N14). A seguir, o quadro com os municípios do Território Amazônico contemplados nos estudos analisados.

Quadro 2 - Territórios da Amazônia contemplados nos estudos

nº	Estados	CACS contemplados no estudo	N.
N1	Pará	São João de Pirabas e Cametá	2
N2	Pará	Ananindeua	1
N3	Rondônia	Guajará Mirim	1
N4	Mato Grosso	Campo Verde	1
N5	Pará	Capitão Poço	1
N6	Acre Amazonas Rondônia Roraima Pará Tocantins	Assis Brasil Alvarães Cerejeiras Amajari, Normandia, Caracaraí Bannach Pau D'Arco	8
N7	Mato Grosso	Barra dos Garças e Cuiabá	3
N8	Amazonas	CACS Estadual	1
N9	Mato Grosso	Sinop	1
N10	Pará	Altamira	1
N11	Mato Grosso	Rondonópolis	1
N12	Mato Grosso	Alta Floresta	1
N13	Amapá	Santana	1
N14	Região Norte	Municípios de todos os estados do Norte, não especificados	79
N15	Maranhão	Imperatriz	1
N16	Pará	Bragança	1
N17	Acre	Rio Branco	1
N18	Acre	CACS Estadual	1

Fontes: Elaborado pelas autoras com base no levantamento realizado no BDTD e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes realizado em agosto de 2024 e atualizado em 03/02/2025.

O Quadro 2 explicita que foram realizados trabalhos sobre os CACS nos 9 estados da região amazônica, sendo estudos específicos sobre Conselhos de sete estados: Pará (5), Mato Grosso (5), Acre (2), Amapá (1), Rondônia (1), Maranhão (1) e Amazonas (1), este último como parte de um estudo que contemplou um CACS estadual de cada região do Brasil. Duas pesquisas nacionais (N6, N14) contemplaram quase todos os estados do território investigado, inclusive Roraima e Tocantins, nos quais não foram localizados estudos específicos, sendo uma lacuna a ser superada no âmbito das pesquisas de pós-graduação.

No que diz respeito ao número dos conselhos pesquisados, foram somente dois de âmbito estadual (Acre e Amazonas), o que já revela outra lacuna, pois mais de 3/4 dos CACS dessa esfera administrativa do Território Amazônico (7) não foram investigados. No que se refere aos CACS municipais, as teses e dissertações contemplaram 104 dos 773 localizados na região (Pinheiro, 2022), portanto, menos de 13%, dando a dimensão dos desafios da pesquisa no campo. Destaca-se, também que, dos nove estados, somente duas capitais (Cuiabá e Rio Branco) tiveram seus CACS pesquisados, ainda sendo um desafio na área, inclusive pela influência que eles têm em relação aos demais municípios dos territórios.

A análise dos trabalhos também contemplou a sua sistematização por aspectos de investigação, considerados como categorias temáticas de análise, o que foi buscado nos títulos, objetivos, problema, questões de pesquisa e nas categorias temáticas, quando explicitadas pelos autores nas teses e dissertações. Essa categorização foi feita a *posteriori*, a partir da leitura, sendo importante destacar que as categorias aqui arroladas não se referem àquelas do materialismo histórico-dialético, método adotado na metade dos trabalhos analisados (N4, N6, N7, N9, N10, N11, N12, N13, N15), mas a uma espécie de tematização.

O tratamento metodológico ainda implicou dois procedimentos: a) nos trabalhos que não têm o CACS como objeto central de investigação (N3, N10, N13) ou que o abordam no conjunto de outros conselhos (N2, N7), foram buscados somente os elementos relacionados ao Conselho objeto deste artigo; b) em geral, um mesmo estudo contempla diferentes aspectos que envolvem a temática controle social dos recursos do Fundeb por meio dos CACS, portanto, foram classificados em diferentes frentes de investigação, como consta no Quadro a seguir que apresenta as múltiplas categorizações expressas nas produções em análise.

Quadro 3 - Frequência das categorias localizadas nos objetivos dos trabalhos sobre o CACS Fundeb

Categoria	Frequência	Trabalhos
Atuação	17	N1, N2, N3, N4, N5, N6, N7, N8, N9, N11, N12, N13, N14, N15, N16, N17, N18
Participação, representação, composição	12	N1, N5, N8, N9, N10, N11, N12, N13, N14, N16, N17, N18
Organização e funcionamento	10	N2, N4, N5, N8, N9, N10, N11, N12, N14, N15
Avanços, limites e possibilidades	05	N5, N9, N11, N15, N17
Representatividade	04	N1, N11, N14, N17
Papel, função	04	N7, N8, N16, N18

Capacidade técnica, formação	03	N8, N9, N14,
Efetividade	01	N8

Fontes: Elaborado pelas autoras com base no levantamento feito no BDTD e Catálogo de Teses e Dissertações da Capes realizado em agosto de 2024 e atualizado em 03/02/2025.

A frequência das categorias temáticas, indicada no Quadro 3, revela que a atuação foi o aspecto presente na quase totalidade dos trabalhos analisados (94%), seguida por participação, representação e composição (67%) e por organização e funcionamento (56%). A frequência dos demais aspectos como questões centrais das investigações informa campos potenciais para futuras pesquisas sobre o controle social exercido pelo CACS Fundeb no Território Amazônico: efetividade (6%), capacidade técnica/formação (17%), papel/função e representatividade (22% cada) e avanços, limites e possibilidades (27%). Importante reforçar que a classificação foi feita com base na leitura dos títulos, objetivos, problemas, questões de pesquisa e categorias informadas, o que não indica que algumas ausentes na classificação não tenham sido tratadas nos referidos trabalhos, inclusive nos seus resultados, mas sim que elas não foram adotadas como eixos centrais no processo de investigação, informando várias possibilidades para os pesquisadores do financiamento da educação.

A atuação dos CACS Fundeb em Território Amazônico

A complexidade dos aspectos que envolvem a ação dos CACS Fundef/Fundeb e os limites de espaço para o desenvolvimento do artigo levaram à escolha da categoria temática atuação para o desenvolvimento da presente análise, isto porque foi a de maior frequência (94%) nas intenções dos trabalhos analisados. Como existem recortes temporais e territoriais diferenciados, quando necessário, as especificidades serão destacadas.

A atuação do CACS é delineada pelas funções estabelecidas em lei, sendo a principal a de acompanhamento e de controle da distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo (Brasil, 1996, 2007, 2020). No entanto, a partir da sua criação, foram sendo acrescidas novas funções para o CACS, relacionadas ao acompanhamento da aplicação dos recursos dos Programas Nacionais de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos - PEJA, com emissão de pareceres conclusivos a serem enviados para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (Lei nº 10.880) (Brasil, 2004); à supervisão do

Censo Escolar e da proposta orçamentária anual (Lei nº 11.494) (Brasil, 2007); ao acompanhamento dos recursos do plano especial de recuperação da rede física escolar pública (Lei nº 12.487) (Brasil, 2011a), da manutenção dos novos estabelecimentos de educação infantil (Lei nº 12.499) (Brasil, 2011b) e das ações dos Planos de Ações Articuladas - PAR (Lei nº 12.695) (Brasil, 2012). Portanto, a atuação do CACS Fundeb consiste em, pelo menos, oito frentes de trabalho definidas em lei.

Em todos os CACS analisados, ficou evidente a centralidade do acompanhamento dos recursos do Fundeb, em que pese a atuação neste campo ser acompanhada de dificuldades múltiplas, inclusive no que se refere ao acesso aos documentos, não obstante, estar estabelecido que “os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais, mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados, ou recebidos, à conta do Fundo [...] ficarão, permanentemente, à disposição dos conselhos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização [...]” (Brasil, 1996), aspecto reiterado nas leis que regulamentaram o Fundeb ADCT e Fundeb Permanente (Brasil, 2007, 2020).

Para assegurar sua função principal de controle social sobre os recursos do Fundeb, é necessária uma atuação que assegure a regularidade na realização de reuniões; a frequência regular dos conselheiros; o acesso a documentos sobre a aplicação do Fundeb, inclusive licitações, contratos e folhas de pagamento; visitas e vistorias para averiguar obras e bens adquiridos com recursos do Fundo; a apuração de irregularidades; a capacitação dos conselheiros para o exercício de suas funções, entre outros elementos pouco informados nos CACS analisados nas teses e dissertações. Nenhum dos CACS em estudo asseguram todos os elementos acima arrolados, ainda que alguns tenham melhor efetividade do que outros em determinados aspectos, a exemplo daqueles expressos nos estudos N16, N17, N18.

O problema da falta de regularidade nas reuniões, ausência de regimento interno que oriente a atuação do CACS, falta de condições estruturais e materiais para o exercício de suas funções, morosidade na entrega dos documentos e a dificuldade de análise das prestações de contas são situações destacadas nos estudos que inviabilizam a ação do CACS no acompanhamento das contas dos Fundos, bem como nos demais programas de sua competência.

Na atuação do CACS, ficou evidente a dificuldade de o colegiado se posicionar de forma desfavorável às contas, causada pela maior presença dos interesses do Poder Público no Colegiado, com suas representações ou com estratégias de cooptação ou

imobilização do coletivo, inclusive calcadas na obscuridade das peças encaminhadas para a análise. Poucos foram os relatos de pareceres desfavoráveis às contas, como expresso no estudo N16. Neste sentido, são emitidos pareceres favoráveis mesmo sem acesso aos documentos ou sem a compreensão dos registros contábeis e dos demonstrativos mensais, o que é alarmante.

O acompanhamento de programas do FNDE foi uma responsabilidade inserida após a constituição dos CACS, em 1996. Entre eles, o PNATE, programa de transferência automática do FNDE, foi a segunda ação mais citada após o acompanhamento dos recursos do Fundeb, embora ainda incipientemente, visto que menos da metade dos estudos aponta para um efetivo monitoramento dos recursos do transporte escolar, inclusive com inspeções em ônibus e embarcações (N5, N11, N12, N13, N14, N16, N17). Destaca-se que o Território Amazônico, devido a suas especificidades relacionadas à dimensão territorial e características geográficas, demanda uma política efetiva de transporte, sendo uma frente significativa de atuação do Conselho do Fundeb, embora isto não tenha se revelado no estudo.

O PEJA, os recursos do plano especial de recuperação da rede física escolar pública e de manutenção dos novos estabelecimentos de educação infantil, assim como as ações do PAR, todas de transferências voluntárias do FNDE, não apareceram como raio de ação da quase totalidade dos conselhos pesquisados, embora os CACS tenham obrigação de emitir parecer. Especificamente sobre o PAR, conforme previsto no Art. 10 da Lei nº 12.695/2012, os CACS analisarão as prestações de contas dos recursos descentralizados e encaminharão ao FNDE demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira, com parecer conclusivo acerca da aplicação dos recursos.

Importa compreender como tais pareceres são utilizados pelo FNDE na análise das contas dos estados e municípios. É desanimadora a informação, expressa no estudo N6, que analisou os CACS-Fundeb em pequenos municípios na sua relação com a autarquia, quando se refere aos pareceres dos Conselhos sobre os programas, de que são de caráter burocrático e contábil, circulando “dentro do organograma do FNDE até ser arquivado, sem que providências sejam tomadas”, isto porque, dado o número de demandas, são priorizadas as “denúncias advindas da Polícia Federal, do Ministério Público, do TCU [Tribunal de Contas da União] e da CGU [Controladoria Geral da União]” (Ferreira, 2013, p. 115).

A isto se acrescentam, por exemplo, conforme N6, os resultados das Auditorias da CGU que indicam que os oito municípios pequenos do Território Amazônico que tiveram a ação dos CACS analisadas, de 2002 a 2010, foram considerados inoperantes (85%) ou ineficientes (15%), não havendo nenhuma avaliação positiva de sua ação na análise das contas do Fundef/Fundeb. Assim são citados problemas que dizem respeito à organização e funcionamento, como a não realização de reuniões, a não manifestação sobre as contas do Fundeb ou realização de inspeção sem qualquer registro em relatório, problemas mais acentuados no CACS Fundef, mas que não foram resolvidos no âmbito do Fundeb ADTC ou mesmo do Permanente, reforçando um formalismo na atuação da maior parte dos CACS analisados.

A supervisão do Censo foi uma atividade pouco frequente nos CACS analisados. Somente três estudos informaram o exercício de alguma ação neste sentido, como o recebimento de informações ou conferência de dados (N3, N10, N11). A maior parte dos CACS, conforme os estudos, não exerce esse acompanhamento ou sequer tem informação sobre essa competência. Esse problema também foi certificado em estudo da Controladoria Geral da União com 90 Conselhos do Fundeb, levando o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) a publicar a cartilha *O Censo da Educação Básica: orientações para os CACS-Fundeb*, visando municiar os Conselhos para exercer sua função de supervisão do Censo (Inep, 2015).

Por fim, no que se refere ao acompanhamento do processo de elaboração do orçamento, previsto em lei na expectativa de que o CACS verifique a programação do uso dos recursos do Fundeb e desta forma tenha melhores condições de monitorar as contas, há total ausência de realização na base analisada. Os Colegiados do Território Amazônico não têm participação nesse processo. No entanto, *survey* que incluiu 79 CACS no Norte, arrolou a declaração de que 1/3 afirma ter participado desse processo. Apenas o N17 registra a informação de que os conselheiros solicitaram as peças orçamentárias, mas não detalha os objetivos ou qualquer incidência do colegiado a respeito.

A atuação do CACS deve envolver relação de cooperação com os órgãos estaduais de controle interno e externo e com o Ministério Público. No contexto dos estudos que se debruçaram sobre o Fundef, ficou bem evidente um distanciamento. A partir do Fundeb, existem poucos estudos sobre os CACS do Território Amazônico que mencionam algum tipo de articulação, sendo verificado aproximação nos CACS mencionados nos estudos N8 e N12, em relação ao MP, e no N17, em relação ao Tribunal de Contas.

Se a atuação dos CACS é contornada pelas funções definidas em lei, alguns colegiados atuam de maneira mais ampla, assegurada, por exemplo, a sua representação no Fórum Permanente de Formação dos Professores, como no caso do CACS Estadual do Amazonas (N8), como oportunidade de incidência nas políticas educacionais financiadas com os recursos do Fundeb e como estratégia de “dar conhecimento de suas ações a outros espaços de organização sociopolítica” (Silva, 2013, p. 83).

Neste sentido, foi detectado que alguns CACS promovem audiências públicas (CACS estaduais do Acre e do Amazonas e municipal de Rio Branco/AC), dando ciência à sociedade sobre as suas atividades, assim como pela interação com outros conselhos, como o de Alimentação Escolar (CAE) e os CACS municipais, conforme explicitado nos estudos N8, N17, N18, superando o mero papel burocrático e aproximando o Conselho das políticas. Importante a experiência expressa no estudo N16 de Caravana do CACS Fundeb com o objetivo de aproximação com a sociedade, mediante espaço de escuta e de divulgação das ações do Conselho, assim como sua presença em Assembleia do Sindicato dos/as Professores/as, sendo exemplos importantes para os demais Conselhos de Controle Social do Fundeb.

Considerações finais

A intenção de analisar os CACS em Território Amazônico, a partir da revisão das teses e dissertações sobre o tema, implicou na constituição de um panorama da produção acadêmica sobre os Conselhos do Fundef/Fundeb em estados e municípios do Território Amazônico, assim como na análise da atuação dos referidos conselhos, categoria temática mais presente (94%) no conjunto de 18 trabalhos analisados, a maioria consistindo em dissertações (78%) e em estudos de casos simples ou múltiplos (89%), produzidos de 2003 a 2024.

O estudo evidenciou a existência de desafios no campo da produção de conhecimento sobre os Conselhos do Fundeb no Território Amazônico: estudos sobre os CACS estaduais e das capitais, pois os existentes contemplaram apenas Acre, Amazonas, Cuiabá/MT e Rio Branco/AC, respectivamente; investigações específicas sobre os colegiados de Roraima e Tocantins e ampliação dos estudos sobre controle social dos recursos da educação.

No que se refere à atuação dos CACS, considerou-se que ela é delineada pelas funções estabelecidas em lei, sendo que, além do acompanhamento e controle da distribuição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo, estabelecido desde o Fundef, foram se agregando outras funções relacionadas a programas de transferência automática (PNATE) ou voluntária do FNDE (PEJA, rede física escolar, dos estabelecimentos de educação infantil e PAR) e à supervisão do Censo Escolar e da proposta orçamentária anual.

A atuação dos CACS investigados é centrada nos recursos do Fundeb, mas com dificuldades relacionadas ao acesso aos documentos sobre a aplicação; à regularidade de reuniões; à frequência regular dos conselheiros; à capacitação dos membros para o exercício de suas funções; à falta de condições estruturais e materiais; à maior presença dos interesses do Poder Público no Colegiado, entre outros problemas constatados nos estudos.

Este conjunto de obstáculos leva a maioria dos CACS analisados a um trabalho burocrático ou, nos termos da CGU indicada em um dos estudos, inoperante e ineficiente, decorrente de formalismo na atuação. No entanto, foi observado o esforço de alguns colegiados atuarem de maneira mais ampla, com inserção, mediante representação, em Fóruns Permanentes; com a interação com outros conselhos da área da educação; com a presença em assembleias do Sindicato dos Professores; com a promoção de audiências públicas, entre outros, sendo estratégias importantes que podem potencializar o controle social e a incidência dos Conselhos sobre as políticas públicas, sobremaneira no Território da Amazônia.

Referências

ALVES, Siloah Jesseni Gomes. **Controle social na política de financiamento da educação: uma análise da atuação do conselho do FUNDEB no município de Imperatriz/MA**. 2022. Dissertação (Mestrado em Formação Docente em Práticas Educativas) – Centro de Ciências Sociais Saúde e Tecnologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2022. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/4756>. Acesso em: 11 nov. 2024.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opin. Pública**, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

BASSI, Marcos Edgar; CAMARGO, Rubens Barbosa. Participação e Controle Social no Fundef e no Fundeb. **Poiésis**, Tubarão, v. 2, n. 3, p. 105-118, 2009. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/504/517> Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953**. Dispõe sobre a criação da Amazônia Legal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1806.htm. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004**. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Lei/L10.880.htm. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nº 9.394, de 24 de dezembro de 1998, 10.880, de 9 de junho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.487, de 15 de setembro de 2011**. Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres. Brasília, 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12487.htm. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011**. Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências. Brasília, 2011b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12499.htm. Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012**. Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas; altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola; altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo; altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; altera a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Lei/L12695.htm Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm Acesso em: 05 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9424.htm. Acesso em: 24 fev. 2023.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo 25 anos: legado político-pedagógico.** Brasília: Editora UnB, 2023.

CALDEIRA, Rosimeire de Jesus. **Limites e possibilidades da/na gestão do Conselho de Acompanhamento e Controle Social FUNDEF/FUNDEB em Rondonópolis – MT.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2016. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/1192>. Acesso em: 05 mar. 2025.

CAMPOS, Ildemar Vera. **A atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb no Acre na fiscalização dos recursos da Educação Básica.** 2024. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Letras e Artes. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2024. Disponível em: http://www2.ufac.br/ppge/banco-de-dissertacoes/dissertacoes-2024/ildemar-vera-campos_2024.pdf. Acesso em: 06 mar. 2025.

CORRÊA, Frederico dos Remédios. **A Atuação do Cacs/Fundeb no Município de Bragança/PA: limites, avanços e desafios na fiscalização dos recursos da educação básica no período de 2014 a 2017.** 2022. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) – Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: <https://ppeb.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2022/DISSERTAC%C3%87%C3%83O%20FREDERICO%20DOS%20REM%C3%89DIOS%20CORR%C3%8AA.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

DIAS, Sérgio Luiz Pinel. **O funcionamento dos Conselhos Municipais de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e seu regime jurídico.** 2017. Dissertação (Mestrado em Direito e Políticas Públicas) – Centro de Ciências Jurídicas e Políticas. UNIRIO, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgd/dissertacoes/dissertacoes-defendidas-em-2018/o-funcionamento-dos-conselhos-municipais-de-acompanhamento-e-controle-social-do-fundeb-e-seu-regime-juridico/view>. Acesso em: 11 nov. 2024.

FERREIRA, Jesse Rodrigues. **O FNDE e os conselhos de acompanhamento e controle social nos municípios de pequeno porte.** 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/15059>. Acesso em: 05 mar. 2025.

FREIRE, Eduardo José. **A Câmara do FUNDEB do Conselho Municipal de Educação de Alta Floresta-MT: lemas e dilemas na atuação.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/1022>. Acesso em: 05 mar. 2025.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e gestão pública. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 42, n. 1, p. 5-11, jan. /abr. 2006. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/760889952/Conselhos-gestores-e-gestao-publica>. Acesso em: 16 nov. 2025.

GOMES, Angela de Castro Correia. **Políticas públicas de financiamento da educação básica: uma análise da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, no período 2007-2010, em Guajará-Mirim, RO.** 2011. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9635>. Acesso em: 05 mar. 2025.

GONÇALVES, Antonia Maria Martins. **O financiamento da educação e o potencial de controle social dos conselhos do FUNDEB: o caso de Sinop – MT.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/138>. Acesso em: 05 mar. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **O Censo da Educação Básica: orientações para os CACS-Fundeb.** Brasília: Inep, 2015.

LIMA, Francisco Willams Campos. **O controle social no Sistema Municipal de Ensino de Ananindeua - PA: desafios e possibilidades.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2720>. Acesso em: 05 mar. 2025.

MALHEIRO, Bruno. **As Amazônias no centro do mundo: do colapso climático à memória ancestral.** São Paulo: Expressão Popular, 2021.

NASCIMENTO, Iracema Santos do (Org.). **FUNDEB PRA VALER! A incidência política da Campanha Nacional pelo Direito à Educação na criação do Fundo da Educação Básica.** São Paulo: Chiado Books, 2019. 301 p.

NOGUEIRA, Heryka Cruz. **O Plano de Ações Articuladas (PAR) e suas implicações para a gestão da educação na Rede Municipal de Educação de Santana/AP.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8689>. Acesso em: 05 mar. 2025.

PASUCH, Márcia Cristina Machado. **Conselhos municipais de educação: espaço público democratizador?** 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/3274>. Acesso em: 05 mar. 2025.

PINHEIRO, Karina. Saiba quais são a maior e a menor cidade da Amazônia Legal. **Portal Amazônia**, 28 de junho de 2022. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia/saiba-quais-sao-a-maior-e-a-menor-cidade-da-amazonia-legal/> Acesso em: 08 mar. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MALHEIRO, Bruno; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes Amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

RODRIGUES, Luiz Carlos Freitas. **Gestão participativa frente ao quadro institucional nos municípios paraenses**: o caso dos conselhos do FUNDEF. Orientadora: Luciana Correa do Lago. 2003. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufra.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1755/1/GEST%C3%83O%20PARTICIPATIVA%20FRENTE%20AO%20QUADRO....pdf>. Acesso em: 06 mar. 2025.

SANTOS FILHO, João Ribeiro dos. **Limites e possibilidades do controle social**: um estudo a partir do conselho de acompanhamento e controle social do FUNDEB no município de Capitão Poço/PA. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <https://ppgedufpa.com.br/bv/arquivos/File/dissertjoaoribeiro.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.

SILVA, Gene Maria Vieira Lyra. **Controlabilidade Social**: o financiamento da educação pública pelas mãos dos conselhos estaduais do Fundeb. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Unicamp, Campinas, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/920333>. Acesso em: 18 out. 2024.

SILVA, Rose Cléia Ramos da. **O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB de Campo Verde-MT**: conflitos e confluências. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/849/650>. Acesso em: 05 mar. 2025.

SOUSA, Raimundo. **O plano de ações articuladas e a gestão educacional do município de Altamira-Pará**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6712/1/Dissertacao_PlanosArticuladas.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025.

SOUZA, Mirla de Oliveira Lopes de Holanda e. **O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb no Município de Rio Branco/AC e as possibilidades de gestão democrática**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Letras e Artes. Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2023. Disponível em: http://www2.ufac.br/ppge/banco-de-dissertacoes/dissertacoes-2023/mirla-de-oliveira-lopes-de-holanda-e-souza_2023.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.],

CRUZ, Rosana Evangelista da; PEREIRA, Marilene da Silva Feijão. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundef/Fundeb em Territórios da Amazônia: o que revelam as teses e dissertações

v. 14, n. 41, p. 165–189, 2014. DOI: 10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 11 mar. 2025.

Recebido em Maio de 2025
Aprovado em Agosto de 2025
Publicado em Dezembro de 2025
